

# A China vai à guerra por Taiwan?

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 19 de abril de 2021

Essa é uma pergunta que vem sendo feita com cada vez mais frequência, em razão da vertiginosa ascensão política, econômica e militar da China e de sua retórica cada vez mais assertiva no sentido da inevitabilidade da reincorporação da ilha de Taiwan – que os chineses consideram ser uma província rebelde – à plena soberania chinesa. Muitas análises já foram produzidas sobre o tema, com resultados divergentes. Há os que alertam para a grande probabilidade de um conflito armado, que inexoravelmente envolveria os Estados Unidos, e há os que apostam em uma solução pacífica, na qual todos os interesses seriam acomodados.

Gosto muito do estudo feito por Graham Allison e sua equipe, descrito no livro “A Caminho da Guerra”, publicado no Brasil pela Editora Intrínseca. Já escrevi um artigo sobre o livro, disponível [aqui](#) no blog, para os que queiram saber um pouco mais sobre aquela análise. Nele, Allison apresenta sua teoria, batizada de “Armadilha de Tucídides”, para descrever as tensões geradas pela ascensão de uma potência e o desafio que ela passa a representar para a potência estabelecida. Allison conclui que a guerra não é inevitável, mas a dinâmica de escalada de tensões pode sim, levar a um conflito de grandes proporções.

O atual comandante norte-americano no Indo-Pacífico, Almirante Philip Davidson, declarou a uma comissão do Senado de seu país, no início de março, que acreditava que a China invadiria Taiwan nos próximos seis anos. Certamente o Almirante Philip tem acesso a dados e informações que podem tê-lo levado a uma conclusão tão peremptória. Por outro lado, pode-se também

considerar que o cenário apresentado pelo Almirante contribui para conscientizar o Senado do seu país da necessidade de se alocar recursos para as forças desdobradas no Oriente.

Ainda assim, as atividades militares chinesas na região estão intensas, o que reforça o cenário de guerra. No início deste mês, uma Força-tarefa aeronaval liderada pelo porta-aviões chinês Liaoning cruzou o estreito ao sul da ilha de Okinawa e ao norte de Taiwan, em seu caminho para o Pacífico. Neste exato momento, a marinha do país está realizando um exercício de tiro nas proximidades do arquipélago das Ilhas Pratas, controladas por Taiwan, mas também reclamadas pela China. O exercício se iniciou após a incursão simultânea de 25 aeronaves militares chinesas na chamada “Zona de Identificação Aérea” taiwanesa. Essas incursões, praticamente diárias no último ano, já se tornaram rotina. O que chamou atenção, desta vez, foi a quantidade de aeronaves, dentre as quais caças e bombardeiros, a maior registrada até hoje.

### [Conheça o curso Guerra na Ucrânia](#)



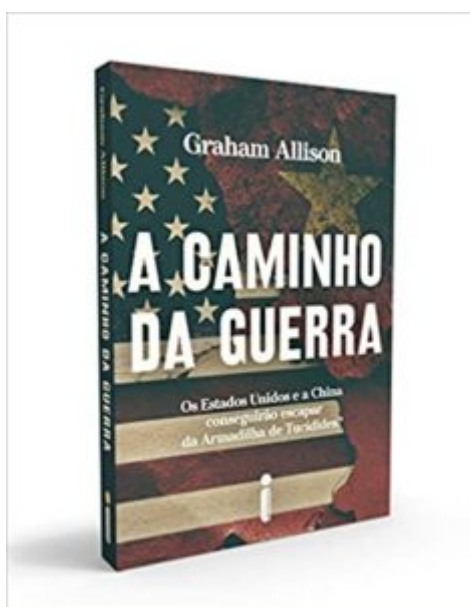
Entretanto, uma invasão militar da Ilha de Taiwan seria uma tarefa muito difícil, mesmo para os chineses. A escolha militar mais óbvia seria por uma operação anfíbia, ou seja, os chineses teriam que conquistar uma praia no litoral de Taiwan

– uma “cabeça de praia” – para, a partir dela, realizar a conquista da Ilha. Acontece que a geopolítica mais uma vez se impõe, determinando muitos fatores complicadores dentro do campo militar.

Taiwan dista cerca de 160 Km do litoral da China. Isso significa que a Força-Tarefa Anfíbia, composta pelas Unidades Navais e pela Força de Desembarque, levaria cerca de 5 horas para atravessar o Estreito de Taiwan até chegar à Área de Objetivo Anfíbio, onde ocorreria o assalto e a conquista das cabeças de praia.

Esse tempo de deslocamento aniquilaria a surpresa, um fator essencial nesse tipo de operação. Durante boa parte de seu deslocamento, as forças chinesas estariam sujeitas a um intenso bombardeio da artilharia taiwanesa, o que certamente cobraria, logo de início, um preço muito alto das forças chinesas.

[Sugestão de leitura – clique aqui e compre na Amazon](#)



[Autor – Graham Allison](#)

Outro fator muito favorável aos taiwaneses é a geografia da ilha. Em sua porção leste, o terreno é montanhoso e rochoso. As escarpas muitas vezes se aproximam bastante do mar,

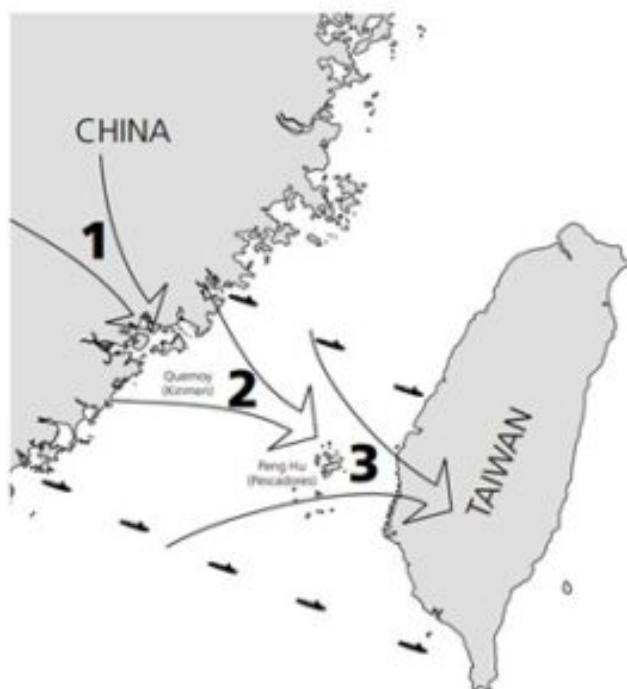
praticamente retirando a possibilidade de um assalto anfíbio naquela porção da ilha. Assim restariam poucos locais – estima-se em apenas 12 – passíveis de serem escolhidos pelos chineses para serem os objetivos anfíbios. É evidente que as Forças Armadas taiwanesas estão fortemente preparadas e com todos os planejamentos prontos para a defesa desses locais, o que tornaria a luta pela conquista dessas praias uma verdadeira carnificina.

Outras possibilidades militares clássicas seriam as operações aeromóveis ou aeroterrestres, nas quais a invasão seria iniciada por tropas paraquedistas ou tropas de assalto transportadas por aeronaves. De qualquer maneira, mesmo que um assalto dessa natureza seja exitoso, os suprimentos e reforços necessários à conquista da ilha exigiriam um esforço logístico tremendo, muito difícil de ser executado.

Mais um aspecto importante é a autolimitação de meios a que a China está submetida em relação à Taiwan. Seu arsenal nuclear, por exemplo, é inútil, uma vez que é impensável a utilização desse tipo de arma contra aquele que eles consideram ser seu próprio território. Além disso, o emprego de armas nucleares fatalmente retiraria a legitimidade da ação chinesa, tanto perante a comunidade internacional quanto perante sua própria população.

Restaria aos chineses a opção de ações indiretas, como a conquista dos arquipélagos de Quemoy e Matsu, sob controle de Taiwan, mas praticamente colados à China continental, e de Pescadores, a 2/3 do caminho. As primeiras conquistas (Quemoy e Matsu), poderiam causar menos reação internacional. Já a conquista do arquipélago de Pescadores causaria forte reação, mas é um objetivo bem menos complicado que a Ilha principal, possibilitaria uma progressiva aproximação dos meios, e serviria de ensaio para as operações futuras. Não se deve esquecer que as Forças Armadas chinesas não possuem experiência de combate real. Sua última campanha militar foi em 1979, contra o Vietnã, e não se pode considerar que tenha

sido um sucesso. Nesse contexto, uma ação preliminar, uma espécie de ensaio, seria importante tanto para os comandantes, quanto para as forças chinesas no teatro de operações.



Uma sequência para a invasão

Fonte – [Naval War College](#)

Outra ação indireta seria a larga utilização da guerra híbrida, com ações na chamada “área cinzenta”, abaixo da linha da guerra. Propaganda, guerra cibernética, pressões econômicas, infiltração de agentes subversivos visando à desestabilização do governo taiwanês, todas essas são ações possíveis de serem implementadas desde já, e provavelmente algumas delas já estão em andamento. Um exemplo atual desse tipo de ação é a que a Rússia patrocina na região de Dombass, leste da Ucrânia.

Ponderadas as dificuldades militares, certamente conhecidas dos estrategistas chineses, resta saber se elas serão suficientes para conter o ímpeto político. Afinal, a decisão de ir à guerra não é dos militares e, sim, dos políticos.

Xi Jinping já divulgou, em diversos documentos, seu “Sonho chinês”, que consiste, basicamente, em devolver à China seu papel predominante na Ásia, retirado pela intromissão das potências europeias no século 19, restabelecer o controle de todos os territórios chineses, onde se inclui a questão de Taiwan, e exigir que a China seja respeitada como uma potência perante as demais potências mundiais e organismos internacionais. Como se vê, Taiwan é a principal peça que falta para a construção do sonho chinês de Xi Jinping.

Allison alerta em seu livro que potências emergentes normalmente são superconfiantes, embriagadas por sua sequência de sucessos. Tucídides, o historiador grego que escreveu “A história da Guerra do Peloponeso”, lista a “honra” como uma das principais causas daquela guerra. Esse conceito pode ser interpretado como a ideia que o Estado faz de si mesmo, suas convicções sobre o reconhecimento e o respeito que merece receber dos demais Estados, seu “orgulho nacional”.

Muitas vezes na história, sentimentos como esses levaram à guerra, superando quaisquer análises estratégicas, operacionais ou táticas dos militares. Talvez sejam esses os fatores preponderantes na análise feita pelo Almirante Philip Davidson ao prever a invasão de Taiwan para os próximos seis anos.

---

## **As tensões entre as maiores potências militares do planeta**

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 19 de abril de 2021

Neste exato momento, é bastante provável que dois contratorpedeiros, o USS *Donald Cook* e USS *Roosevelt*, da marinha norte-americana, estejam em deslocamento para o Mar Negro. A informação foi divulgada pela Turquia, não sendo oficialmente confirmada pelos EUA. O acesso dos países sem costa para o Mar Negro é livre, conforme a Convenção de Montreal, de 1936. Entretanto, o trânsito pelo Estreito de Bósforo, que dá acesso àquele mar, deve ser informado à Turquia com duas semanas de antecedência. Os EUA teriam informado o trânsito dos dois navios, que cruzariam o Estreito nos dias 14 e 15 de abril e permaneceriam no Mar Negro até os primeiros dias de maio. A Rússia já anunciou que, no mesmo período, estará com sua frota fazendo exercícios na mesma região.



Mar Negro

A presença de navios da marinha norte-americana no Mar Negro não é uma novidade. Mas desta vez, a notícia é divulgada em pleno momento de grave acirramento de tensões entre Rússia e Ucrânia, com reflexos óbvios para uma escalada de tensões

entre a Rússia e a OTAN. Os russos concentraram a maior quantidade de tropas nas proximidades da fronteira com a Ucrânia desde 2014, ano em que o país anexou a península da Crimeia. Desde então, as forças ucranianas têm travado combates contra separatistas patrocinados pela Rússia na região de Donbass, na porção mais oriental do país. Há poucos dias, em 26 de março, a Ucrânia anunciou a morte de mais quatro soldados do seu exército naqueles combates. Ao mesmo tempo, o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, fez declarações expressando a sua intenção de integrar seu país à OTAN, o que desagrada profundamente as autoridades russas.

Além dessa questão, uma série de outras notícias envolvendo os EUA, Rússia e China demonstram que as relações entre as principais potências militares do planeta vivem um momento de tensionamento bem acima da normalidade.

A primeira notícia é a entrevista do presidente Biden ao jornalista George Stephanopoulos, na rede de televisão ABC. Biden concordou com a assertiva de Stephanopoulos de que o presidente russo Vladimir Putin seria um assassino. Disse ainda que Putin “pagará o preço” por interferir nas eleições do país, o que teria acontecido, segundo um relatório da inteligência norte-americana recentemente divulgado, em favor do ex-presidente Trump.

A resposta russa foi imediata e o embaixador do país nos Estados Unidos foi chamado à Moscou “para consultas”. Como se sabe, no balé da diplomacia, este é um gesto que demonstra profundo descontentamento. A explicação da chancelaria russa foi a de que o embaixador seria consultado de modo a “não permitir que a relação entre os dois países se deteriore de maneira irreparável”. O presidente Putin, em declaração imediatamente posterior, desejou “vida longa” ao presidente Biden para depois dar a entender que o presidente dos EUA identificava em outras pessoas características de sua própria personalidade.

Um chefe de Estado chamar outro de assassino, em tempo de paz, é algo extremamente incomum. O presidente Biden é um político experiente, que já foi vice-presidente da república e senador por décadas. É claro que sabia perfeitamente da repercussão que teria sua fala. Se fez isso só se pode crer que tenha sido com o objetivo de escalar as tensões com os russos.

Mas, esse não foi o único evento recente e estressar a relação entre as duas potências. A empresa russa Gazprom lidera a construção do Gasoduto *Nord Stream 2*, que duplicará a quantidade de gás natural que os russos vendem à Alemanha. Trata-se de um projeto de 1200 Km, que já teve 94% de sua construção terminada, e que ligará os dois países pelo Mar Báltico. O projeto recebe forte oposição dos EUA, que consideram que a obra visa, na verdade, a “dividir a Europa e enfraquecer sua segurança energética”, como declarou o Secretário de Estado Antony Blinken no último dia 18 de março. Isto porque o gasoduto contorna a Ucrânia, que desta forma não recebe os royalties devidos pela passagem do gás por seu território. Na mesma declaração, os norte-americanos reiteram as sanções que já são aplicadas às empresas que trabalham na construção do gasoduto e afirmam que estas podem ser estendidas caso novas empresas venham a ser identificadas. Trata-se de uma questão delicada por envolver a aliada Alemanha, que defende a construção do gasoduto.

Para completar as recentes rusgas nas relações entre EUA e Rússia, o embaixador russo em Sarajevo escreveu um artigo dizendo que “a Rússia terá que reagir” caso a Bósnia e Herzegovina ingresse na OTAN, aliança militar ocidental liderada pelos EUA. Assim como os ucranianos, os bósnios movimentam-se para se juntar à aliança. O país, além da Sérvia e de Kosovo, cuja soberania ainda está em aberto, são os únicos países dos Balcãs que não aderiram à OTAN. Montenegro juntou-se à aliança em 2017, enquanto a Macedônia do Norte se tornou membro no ano passado.

Ao mesmo tempo, no Alasca, acontecia um “diálogo de alto

nível”, entre EUA e China. O Secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken se encontrou com o Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi e com Yang Jiechi, principal diplomata chinês. Embora tenham terminado em tom ameno, com as trocas de boas intenções de praxe, as conversas começaram em um tom muito duro, com Blinken afirmando que os EUA defendem uma ordem internacional baseada em regras, sem o que o mundo seria muito mais violento. Disse que os EUA consideravam que as ações chinesas no trato da minoria étnica uigur, na região de Xinjiang, e em relação a Taiwan e Hong Kong, além de ataques cibernéticos aos EUA e coerção econômica da China em relação a países aliados dos EUA, violavam essa ordem internacional baseada em regras.

Yang Jiechi respondeu no mesmo tom, afirmando que a China se opõe firmemente à interferência em seus assuntos internos, como seria o caso de Taiwan, Xinjiang e Hong Kong, e que os EUA, além de não estarem em posição de “dar lições” à China, deveriam se concentrar em seus próprios problemas em relação ao respeito aos direitos humanos.

Russos e chineses têm se aproximado bastante, inclusive militarmente. As sanções econômicas que norte-americanos e europeus impuseram aos russos em razão da anexação da Crimeia e da ação militar russa na Ucrânia acabaram por incentivá-los a se aproximar da China, que por sua vez ampliou significativamente seu comércio com os russos e, pela Iniciativa Belt and Road, tem oferecido vários projetos ao enorme vizinho de norte.

Os momentos de crise e de acirramento de tensões exigem estadistas hábeis na escolha dos momentos de escalar e de arrefecer as tensões. Esperemos que este seja o caso de todos os envolvidos.

---

# Como os britânicos veem seu papel no mundo em 2030 – e como estão se preparando para exercê-lo

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 19 de abril de 2021

O Reino Unido acaba de divulgar um documento cuja leitura considero muito importante, fundamental mesmo, para quem se dispõe a compreender o jogo que as grandes potências estão a disputar na arena internacional. Nele, são apresentadas as revisões das políticas integradas de defesa e segurança, relações internacionais e desenvolvimento da Grã-Bretanha [\[1\]](#).

O documento tem, na introdução, a visão do Primeiro-Ministro Boris Johnson para o Reino Unido no ano de 2030. Em resumo, trata-se de uma visão otimista sobre o papel de seu país no mundo, que enxerga o Reino Unido como uma das mais influentes nações do planeta, com uma economia forte e que, em razão da ênfase na adoção de inovações científicas e tecnológicas, estará mais bem equipada para enfrentar um mundo ainda mais competitivo.

Johnson entende que o Reino Unido deverá exercer um papel mais ativo como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU na defesa de uma ordem internacional que ele acredita ser a mais adequada à humanidade. Enfatiza o papel do país na defesa do livre mercado internacional, na defesa dos direitos humanos e das normas internacionais. Reforça que a influência do país será amplificada pelas alianças e parcerias com outros países, dentre os quais ressalta os Estados Unidos da América.

Destaca ainda que o Reino Unido continuará a ser o principal aliado europeu dentro da OTAN. Enfatiza que, como uma nação europeia, os britânicos estarão comprometidos com a segurança Euro-Atlântica, mas que o Reino Unido deverá ter respeitada a sua soberania, fazendo as coisas de forma diferente da União Europeia, econômica e politicamente, quando isso for do interesse do país.

O Primeiro-Ministro prossegue, enfatizando a importância do Indo-Pacífico, região com a qual os britânicos estarão crescentemente engajados economicamente. Também faz referência à África, em especial ao oeste africano, citando nominalmente a Nigéria. Cita ainda o Oriente Médio e os países do Golfo Pérsico, que, segundo Johnson, receberá apoio para ser cada vez mais autossuficiente para prover sua própria segurança.

[Conheça a lista de leitura que preparei na Amazon](#)

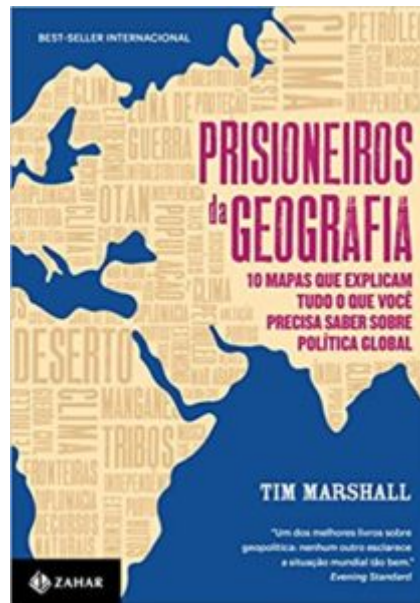


Ainda de acordo com Johnson, em 2030, o Reino Unido liderará as economias do mundo na chamada economia verde, como parte dos esforços mundiais para lidar com as mudanças climáticas e a diminuição da biodiversidade. O país será reconhecido como uma superpotência científica e tecnológica e será vanguarda na regulação global sobre tecnologia, cibernética, e proteção de dados.

O documento, após apresentar a visão de futuro esperada pelo Primeiro-Ministro, se debruça sobre as estratégias que o país deverá adotar para que tal cenário seja construído: 1) adotar a Ciência e Tecnologia como um aspecto central para a segurança nacional e para a política internacional do país; 2) moldar a ordem internacional, criando um mundo favorável às democracias e aos valores universais (sic); 3) fortalecer a defesa e a segurança no próprio Reino Unido e no mundo; e 4) aumentar a resiliência, tanto no Reino Unido quanto no mundo, contra ameaças imprevisíveis como grandes desastres naturais

ou ataques cibernéticos.

[Sugestão de leitura – compre o livro na Amazon](#)



[Autor – Tim Marshall](#)

As quatro estratégias apresentadas implicarão em algumas ações estratégicas. Uma será a busca de posições de liderança em organismos multilaterais, com o objetivo de influenciar as regulações internacionais, especialmente na governança do mundo digital. Outra será a busca pela liderança global para que o mundo atinja a marca de neutralidade nas emissões de carbono no ano de 2050. Proteger os interesses do Reino Unido no domínio espacial, inclusive com a criação de um Comando Espacial, é mais um exemplo.

A região do Indo-Pacífico e a China recebem uma grande atenção no documento. O país buscará desenvolver capacidades que sejam voltadas para lidar com um mundo em que a China ganhará cada vez mais importância em múltiplos aspectos da vida dos cidadãos britânicos.

Essas estratégias consideram que há quatro tendências principais para as mudanças no mundo na próxima década: 1) mudanças geopolíticas e geoeconômicas; 2) intensificação da competição no sistema internacional; 3) rápida mudança

tecnológica; e 4) desafios transnacionais, ou seja, que afetam toda a humanidade, como as mudanças climáticas.

Assim, os britânicos reconhecem que, em 2030 o mundo será mais multipolar e que o centro de gravidade econômico e geopolítico do mundo terá se transferido para a região do Indo-Pacífico. Atores não estatais, como grandes companhias de tecnologia, terão um papel geopolítico até então inédito.

Essa multipolaridade intensificará a competição, que será ainda mais complexa pela presença de atores não estatais. Haverá a competição ideológica, entre sistemas políticos, e pela primazia na influência sobre a regulação do sistema internacional, especialmente no que concerne às novas tecnologias e ao uso do espaço.

O ambiente doméstico e internacional, de acordo com o cenário apresentado, ficará menos seguro, com a proliferação de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares (QBRN); armas convencionais mais avançadas e novas tecnologias militares. O documento destaca que, entre 2016 e 2019, o mundo testemunhou a maior quantidade de conflitos armados internacionais desde 1946 e que esta tendência deve se manter até 2030.

A ciência e a tecnologia desempenharão um papel crucial no contexto estratégico. Serão críticas para o funcionamento das sociedades e da economia, sendo, por isso mesmo, arena de intensa competição interestatal e não-estatal. Também criarão vulnerabilidades representadas por ataques aos domínios espacial e cibernético. A disseminação de desinformação online continuará a minar a coesão nacional, o sentido de comunidade e a própria identidade nacional, na medida em que as pessoas estarão cada vez mais expostas ao mundo virtual. Além disso, as ameaças à privacidade das pessoas, bem como às liberdades individuais, serão crescentes.

O documento prevê que a pandemia da COVID-19 não será a única crise global da década de 2020. As mudanças climáticas e a

diminuição da biodiversidade causarão instabilidade e migrações em massa. O documento afirma ainda que, se nada for feito para a redução das emissões de carbono, o mundo sofrerá um crescimento no aquecimento global da ordem de 3,5° C até o fim do século. Isso causará ainda mais efeitos extremos como tempestades, ondas de calor, inundações etc. Doenças infecciosas causadas por zoonoses tendem a aumentar na medida em a população mundial aumenta e a busca por novas áreas agrícolas causa desequilíbrios nos habitats animais. Assim, outra pandemia na década de 2020 seria, conforme a publicação, uma possibilidade realística.

O terrorismo, doméstico e internacional, será crescente, em função de diversas causas materiais e se manterá sendo uma grande ameaça para o Reino Unido e para diversos outros países do mundo. O documento considera bastante provável que até 2030 ocorra um atentado terrorista bem-sucedido utilizando armas QBRN.

Traçadas as estratégias para que, enfrentando as ameaças mundiais da próxima década, se construa o cenário desejado pelo Primeiro-Ministro, o documento passa a listar uma série de ações governamentais a serem adotadas.

Aqui, vou me concentrar apenas nas relacionadas ao campo militar que considere mais relevantes. O documento lista muitas outras.

Os britânicos reafirmam sua presença militar não só na defesa do próprio território, mas fazem questão de enfatizar a importância dos seus territórios além-mar: Gibraltar, Ilhas Falklands (Malvinas) e suas possessões no Atlântico, Índico e Caribe.

Reafirma-se a importância da OTAN para a segurança coletiva da Europa. Para isso, os britânicos pretendem aumentar seus gastos de defesa em cerca de US\$ 33 bilhões (24 bilhões de libras) nos próximos 4 anos, elevando-os para 2,2% do PIB e

mantendo-se como maior contribuinte europeu para a OTAN.

O Reino Unido modernizará seu arsenal, com armas nucleares, armas de ataque de precisão, caças de 5ª geração e armas cibernéticas ofensivas. A marinha britânica aumentará sua presença no Indo-Pacífico, a começar ainda neste ano de 2021, quando o porta-aviões HMS Queen Elizabeth liderará uma Força-Tarefa aeronaval multinacional em operações no Mediterrâneo, Oriente Médio e Indo-Pacífico.

O país também investirá em sua capacidade dissuasória independente, aumentando seu arsenal nuclear. Em 2010, o Reino Unido havia decidido reduzir o total de ogivas, de 225 para 180, número que seria atingido em meados da década de 2020. Agora, o país mudou a política. Ao invés de proceder a redução, aumentará seus estoques para um total de 260 ogivas. É interessante notar que é a primeira vez que ocorre um aumento no arsenal nuclear britânico, desde o fim da Guerra Fria.

Como se vê, o documento tornado público pelo governo britânico mostra que o país compreende as mudanças globais nas quais está inserido e conclui que sua posição está sob desafio de uma nova ordem mundial que emerge do oriente. O diagnóstico, a visão de futuro e a estratégia para implementá-la mostram que o país não está disposto a ver desafiado seu status de potência regional com grande influência global.

Reafirmo a importância que atribuo à leitura do documento, para que reflitamos também sobre nosso papel no sistema internacional, sobre nossas aspirações para o futuro e sobre que lugar no palco internacional almejamos deixar nosso país para as futuras gerações de brasileiros.

[1] Disponível em <https://www.gov.uk/government/publications/global-britain-in-a-competitive-age-the-integrated-review-of-security-defence-development-and-foreign-policy/global-britain-in-a->

# A ascensão da China, a hegemonia norte-americana e a Armadilha de Tucídides

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 19 de abril de 2021

*“A ascensão de Atenas e o temor*

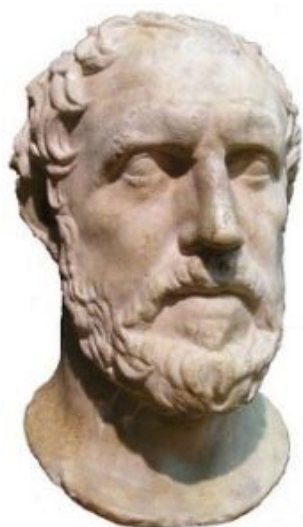
*instilado em Esparta tornaram a guerra inevitável.”*

*Tucídides, História da Guerra do Peloponeso*

A impressionante ascensão econômica ocorrida na China, especialmente nas três últimas décadas, causou um desequilíbrio no poder global com uma rapidez sem precedentes na história. Em um piscar de olhos, os ocidentais e, em particular, os norte-americanos, foram apresentados a uma nova realidade: os Estados Unidos da América não estavam mais isolados na posição de potência hegemônica no concerto das nações. A China, agora, tornara-se um desafiante capaz de ameaçar a liderança dos norte-americanos, primeiro economicamente e, em seguida, em se mantendo o ritmo atual, militarmente.

Embora a velocidade dos acontecimentos que envolvem a atual competição entre China e EUA seja inédita, a dinâmica de uma potência em ascensão desafiar uma potência dominante não é. Isso já aconteceu muitas vezes na história. Quando ocorreu

pela primeira vez, essa disputa culminou em uma guerra cujo desenrolar ficou registrado para a posteridade na magistral obra de Tucídides.



Tucídides

O ateniense Tucídides foi um importante historiador da Grécia antiga, autor de “História da Guerra do Peloponeso” [\[1\]](#). Nascido entre os anos de 460 e 455 a.C, relatou os acontecimentos da guerra entre Esparta e Atenas como testemunha da história, de forma objetiva e imparcial. Como um analista crítico, ao relatar objetivamente os acontecimentos, buscou interpretar suas motivações e esclarecer as circunstâncias nas quais os fatos narrados estavam inseridos. Além desses aspectos políticos, como conhecedor da arte da guerra praticada à época, tinha capacidade técnica para descrever com precisão as operações militares, tal como elas ocorriam.

A Guerra do Peloponeso durou 27 anos (de 431 a 404 a.C.) e envolveu todo o mundo helênico. Tucídides não conseguiu contar a história completa, em razão de sua morte, que interrompeu seu relato no ano de 410. Entretanto, a obra, em oito livros, foi mais do que suficiente para deixar “um patrimônio sempre útil”, intenção expressa pelo autor, uma vez que, “sendo a natureza humana imutável, se determinadas circunstâncias se reproduzirem em épocas diferentes, os fatos se repetirão de

maneira idêntica ou semelhante”.

E foram as repetições das circunstâncias nas quais uma potência em ascensão desafiou uma potência dominante ao longo da história que levaram o Professor Graham Allison, diretor do *Belfer Center for Science and International Affairs*, da Universidade de Harvard, a cunhar a expressão “Armadilha de Tucídides”. Ela apareceu pela primeira vez em 2015, em um artigo na revista *Atlantic*: “*The Thucydides Trap: Are the US and China headed for war?*” [2]

No artigo, Allison analisa dezesseis situações em que um poder nacional emergente desafiou um poder estabelecido ao longo dos últimos 500 anos, e conclui que, em doze delas, o resultado foi a guerra.

[Sugestão de leitura – Compre na Amazon](#)



[Autor – Graham Allison](#)

O questionamento que motiva os estudos do autor e de sua equipe é o de saber se a atual geração será capaz de evitar a guerra, escapando da sina demonstrada pela esmagadora maioria das vezes em que as circunstâncias que envolvem a atual ascensão chinesa se repetiram ao longo da história.

Mais do que isso, o estudo de Allison fornece as lentes adequadas, ou seja, uma perspectiva histórica e geopolítica para se analisar a atual confrontação entre China e Estados Unidos, entendendo-a de forma mais ampla do que uma simples competição econômica ou militar.

Em 2017, as ideias apresentadas no artigo foram expandidas no livro “A Caminho da Guerra – Os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides?”, editado no Brasil pela Editora Intrínseca, com tradução de Cássio de Arantes Leite. Neste estudo, com a profundidade que um livro permite, o autor se debruça mais amiúde sobre as circunstâncias que levaram à guerra nos conflitos apresentados no seu artigo de 2015. Discorre sobre as dúvidas, temores e pressões que assaltavam os líderes daqueles momentos, suas opções estratégicas e suas motivações finais. Para o leitor de hoje, sabedor dos resultados de cada uma daquelas decisões, é muito interessante comprovar que, como Tucídides constatou, a imutabilidade da natureza humana leva homens de diferentes épocas e culturas a tomar decisões semelhantes, por motivações similares, arrastando seus povos à guerra.

Mas voltemos à disputa atualmente em curso. A ascensão chinesa não é simplesmente econômica. Especialmente sob a presidência de Xi Jinping, o atual líder chinês, ela representa também uma aspiração de readquirir a supremacia perdida, um sonho de “tornar a China grande outra vez” [\[1\]](#).

Esse desejo está fortemente baseado no modo de pensar chinês, na crença arraigada de que a China constituiu uma civilização perene com destino manifesto à grandeza e à liderança, condições que sempre existiram ao longo dos seus quatro mil anos de história e que, por um acidente conjuntural, deixaram de ser realidade somente a partir do século 19.

Henry Kissinger abre seu livro “Sobre a China”, tratando dessa perspectiva singular: “Uma característica especial da civilização chinesa é a de que ela parece não ter um início.

Perante a história, ela assoma mais como um fenômeno natural permanente do que como um Estado-nação convencional”.

É nesse contexto que Xi Jinping propõe construir uma nação com “uma sociedade modestamente confortável e a transformação da China em um país socialista moderno, próspero, poderoso, democrático, civilizado e harmonioso – e concretizar o sonho chinês de grande revitalização da nação chinesa.” [2]

Graham Allison traduz essa intenção da seguinte forma: a China deseja ter o papel predominante na Ásia, aquele que tinha antes da intromissão ocidental do século 19. Deseja restabelecer o pleno controle dos territórios que julga serem seus, como Taiwan e Hong Kong, e não admite movimentos que considera separatistas, em Xinjiang e no Tibete. Almeja recuperar sua esfera de influência histórica ao longo das fronteiras e mares adjacentes e obter o respeito de outras grandes potências nos principais fóruns e nas discussões dos temas mundiais.

[Conheça a minha lista de leitura de livros da Amazon!](#)



É claro que, no caminho para alcançar esses objetivos, os chineses esbarrariam nos interesses de outros povos e outras nações. O restabelecimento da soberania plena sobre Taiwan e Hong Kong contraria os interesses de grande parte dos cidadãos daqueles locais, acostumados ao seu modo de vida, no qual desfrutam de liberdades democráticas inexistentes no sistema político chinês. O mesmo tipo de consideração, com uma maior ênfase nas liberdades religiosas, pode ser feito em relação aos uigures, uma minoria étnica majoritariamente islâmica que habita a distante província chinesa de Xinjiang, na Ásia Central, e dos tibetanos budistas, na fronteira com a Índia.

O controle dos mares adjacentes à China esbarra nos interesses japoneses e dos países do sudeste asiático, além dos insulares

do Pacífico ocidental, na disputa pelo controle de recursos energéticos, áreas pesqueiras e das rotas comerciais.

E todos esses possíveis pontos de atrito de alguma forma impactam os interesses norte-americanos na região. Os EUA estão comprometidos com a manutenção do regime taiwanês, política prevista em lei específica [31], promulgada em 1979, e defendem sem vacilações seus interesses na região. O país mantém contingentes militares na Coreia do Sul, Japão, Guam, Filipinas, Cingapura e Austrália, além de manter uma frota voltada especificamente para operações no Oceano Pacífico, dentre elas as chamadas “Operações de liberdade de navegação”, quando seus navios de guerra transitam pelo Estreito de Taiwan e pelo Mar do sul da China, para grande irritação dos chineses.

Mas, além das questões que envolvem a China e terceiros países, nas quais os EUA podem acabar envolvidos, há também a disputa direta entre chineses e norte-americanos. Um bom exemplo é o do comércio internacional. No início da década de 1980, os EUA eram o principal parceiro comercial da maior parte dos países. Atualmente, essa situação se inverteu completamente, em favor da China. As figuras abaixo ilustram essa mudança, entre 1981 e 2018, e o atual domínio chinês em termos de comércio exterior.

<https://paulofilho.net.br/wp-content/uploads/2021/03/comercio-mundial.mp4>

#### *Evolução do comércio global da China*

Entretanto, a principal disputa entre os dois países, que tende a se acirrar nos próximos anos, será pela supremacia tecnológica. Campos como o da inteligência artificial, internet das coisas, robótica, *blockchain* e internet de 5ª geração são alguns exemplos. E por serem todas tecnologias com potencial disruptivo, que conferem aos seus detentores grande vantagem competitiva, são potencialmente geradoras de imensos

conflitos de interesses, que podem evoluir para crises internacionais.

Após todos esses aspectos terem sido levantados, voltemos à pergunta feita no início deste texto: o caminho para a guerra é inevitável? Estariam EUA e China destinados pela Armadilha de Tucídides a um confronto que traria terríveis consequências, não só para os dois países como também para todo o restante da comunidade internacional?

Um primeiro aspecto a se considerar é o grau inédito de interligação econômica existente entre as duas economias. Os EUA e a China possuem um fluxo comercial de aproximadamente US\$ 2 bilhões ao dia. Apenas como comparação, esse era o volume do comércio entre EUA e URSS, durante a guerra fria, ao ano. Suas cadeias de produção estão interligadas. Milhares de empresas norte-americanas produzem na China e miram seu mercado consumidor. O maior mercado consumidor da Apple fora dos EUA é a China, país onde a gigante da tecnologia concentra 95% de sua produção. A rede de cafeterias Starbucks possui na China seu maior mercado fora dos EUA, onde chegou a inaugurar uma nova loja a cada 15 horas. A General Motors, junto com suas afiliadas locais, vende mais carros na China do que nos EUA.

Tal grau de interdependência econômica, apesar de aumentar muito o custo de uma guerra, o que diminui sua possibilidade, por si só, não impede a guerra, como comprovam vários casos do passado, em especial a Primeira Guerra Mundial. É oportuno lembrar que nas décadas que antecederam a grande guerra, as economias do Reino Unido e da Alemanha ficaram tão intimamente entrelaçadas que um lado não podia infligir dificuldades econômicas ao outro sem sofrer prejuízos.

Outro aspecto fundamental a ser considerado é a possibilidade de destruição mútua assegurada. EUA e China possuem arsenais nucleares tão substanciais e sofisticados que uma guerra total entre os dois países não seria uma opção justificável. Esta

afirmação, que serviu de base para a lógica da paz armada, que vigorou na Guerra Fria, está profundamente inserida na mentalidade de segurança dos países ocidentais. Mas será que também estaria entre os estrategistas chineses? Não custa lembrar a afirmação de Mao Zedong, da década de 1960, de que não temia uma guerra nuclear porque, ainda que perdesse 300 milhões de vidas, a China ainda sobreviveria.

Os aspectos acima mencionados são apenas alguns dos mais evidentes, dentre uma miríade de outros que poderiam ser levantados utilizando-se as lentes fornecidas por Tucídides. Eles alertam que o risco de uma guerra entre EUA e China pode ser maior do que gostam de admitir a maior parte dos analistas.

Mas, apesar de tudo, Graham Allison não considera a guerra inevitável. Ele acredita que a paz pode ser mantida, mas isso exigirá esforço de ambas as partes. Acomodação, negociação, estratégia de longo prazo, definição correta dos interesses vitais de ambas as nações, priorização dos desafios internos, todas essas são estratégias que devem nortear o comportamento das lideranças de ambos os países na busca de se evitar a repetição do flagelo da guerra, que acometeu tantas nações que enfrentaram o Desafio de Tucídides ao longo da história.

Caso tenham sucesso, terão honrado o legado do autor de História da Guerra do Peloponeso:

*“Se minha história for considerada útil por aqueles que desejam um conhecimento exato do passado como ajuda para compreender o futuro – que no curso os acontecimentos humanos, deve se assemelhar a ele, quando não refleti-lo – dar-me-ei por satisfeito.”*

*Tucídides*

[\[1\]](#) Neste ponto, faço um chamado aos profissionais da guerra, especialmente aos mais jovens. Se ainda não leram a História

da Guerra do Peloponeso, não percam mais tempo e leiam. É um exercício fundamental ao militar profissional. A obra está disponível em: <[http://funag.gov.br/biblioteca/download/0041-historia\\_da\\_guerra\\_do\\_peloponeso.pdf](http://funag.gov.br/biblioteca/download/0041-historia_da_guerra_do_peloponeso.pdf)>. Acesso em 22 Fev 2021.

[2] GRAHAM, Allison. The Thucydides Trap: Are the U.S. and China Headed for War? The Atlantic, 24 Set 2015. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/international/archive/2015/09/uni-ted-states-china-war-thucydides-trap/406756/>>. Acesso em 22 Fev 2021. al, em 17 de março de 2013. In Governança da China, de Xi Jinping

[3] Disponível em: <<https://www.ait.org.tw/our-relationship/policy-history/key-u-s-foreign-policy-documents-region/taiwan-relations-act/>>. Acesso em 23 Fev 2021.

[1] Aqui há uma brincadeira com o lema do ex-presidente Donald Trump, que prometeu, eu sua campanha presidencial “to make America great again”. Como veremos, a intenção de Xi Jinping é rigorosamente a mesma.

[2] Discurso de posse de Xi Jinping, na 1ª Sessão da 12ª Assembleia Popular Nacion

---

# Os desafios da política externa do Governo Joe Biden

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 19 de abril de 2021

Ao completar seu primeiro mês no cargo, o Presidente Joe Biden

se defronta com vários desafios na política internacional. O manejo desses desafios começa a revelar os novos rumos da política externa norte-americana.

O enfrentamento das múltiplas questões que envolvem o relacionamento EUA/China é desafiado pela incrível complexidade das questões, além da falta de consenso no governo e no Partido Democrata sobre qual deve ser o foco da relação dos EUA com o gigante asiático. Há uma maioria que defende o fim da confrontação política permanente e do esforço de desassociação das economias (*decoupling*, no termo em inglês), posição defendida por poderosos grupos econômicos que mantêm enormes interesses na China. Ao mesmo tempo, muitos integrantes do partido Democrata defendem maior assertividade norte americana na defesa dos direitos humanos na China e maior cooperação no enfrentamento das causas do aquecimento global, o que pressionaria a China também no campo da preservação ambiental, em razão de sua matriz energética altamente poluente.

No campo militar, a completa liberdade de ação norte-americana no Oceano Pacífico, conquistada no pós-guerra, continuará a ser desafiada pela crescente capacidade militar chinesa, especialmente sua marinha de guerra. Nesse sentido, o cumprimento de mais uma das chamadas “Operações de Liberdade de Navegação” pelo Contratorpedeiro (*Destroyer*) USS John S McCain, logo na primeira semana do governo Biden, navegando pelo Estreito de Taiwan e pelo Mar do Sul da China, costeando as disputadas Ilhas do Arquipélago Paracel, mostra a disposição norte-americana de manter inabalada sua influência militar na região.

Mas, encontrar o tom adequado da retórica e das ações militares exigirá habilidade. Por um lado, um aumento no tom de confrontação militar poderá deixar os aliados norte-americanos na área emparedados pela armadilha da neutralidade, uma vez que seus laços econômicos com Beijing são cada vez mais profundos. Por outro lado, qualquer ênfase em um “reset”

na relação entre os dois países, que resulte em acomodações e concessões excessivas, acenderá um alerta em Tóquio, Seul, Canberra e Nova Déli, sem falar em Taipei, que poderão concluir que eles estão por sua própria conta, acelerando ainda mais a já existente corrida armamentista na região.

Os problemas a enfrentar no Oriente Médio não são menores. Biden acaba de retirar o apoio norte-americano à ofensiva saudita contra os Houthis no Iêmen, interrompendo a venda de armas aos árabes, além de revogar o ato do governo Trump, de janeiro deste ano, que designava aquele grupo como uma entidade terrorista. O governo norte-americano alegou razões humanitárias para isso, uma vez que tal designação bloqueava uma série de ajudas à população iemenita, terrivelmente castigada pelo conflito que já se arrasta há seis anos e que já causou mais de 100 mil mortes. A ONU classifica a crise no Iêmen como sendo a pior crise humanitária do planeta, com cerca de 80% de sua população de 24 milhões de habitantes necessitando de ajuda, incluindo-se 12 milhões de crianças.

É claro que os sauditas não ficaram satisfeitos com a retirada do apoio. É interessante notar que a ação militar do Reino no Iêmen começou em 2015, contando com a aprovação do governo Obama, de quem Biden era vice-presidente. Mas, oficialmente, o Reino declarou estar comprometido na busca de uma solução política para o conflito, que na verdade é mais um campo de sua disputa geopolítica regional com o Irã, patrocinador dos Houthis.

Isso nos remete ao Irã, e sua complicadíssima relação com os EUA. A Agência Internacional de Energia Atômica acaba de divulgar relatórios alertando que o país aumentou seus esforços de enriquecimento de urânio, instalando centrífugas novas e mais modernas em duas instalações nucleares diferentes. Este fato mostra que o Irã se afasta ainda mais do que havia sido pactuado no Acordo Nuclear de 2015, do qual o governo Trump se retirou em 2018. Com a volta das sanções econômicas que haviam sido levantadas pelo acordo, o Irã se

sentiu liberado para descumprir abertamente os limites de enriquecimento de urânio previstos no pacto.

E esse é o nó górdio que a administração Biden tem que desatar. Retomar o pacto nas condições anteriores talvez seja impossível no momento. Já um pacto em novas bases, mais favorável aos interesses iranianos, deixariam os EUA em uma difícil situação com seus principais aliados na região, especialmente Israel.

Com tantos e tão complexos desafios, um desponta como preferencial em razão da facilidade de atuação, dado seu apelo mundial: a promoção da agenda ambiental, de enfrentamento das mudanças climáticas e do aquecimento global. Creio ser por aí que a administração Biden vai iniciar suas mais importantes ações no campo internacional.

---

## **Crise em Mianmar**

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 19 de abril de 2021

Um golpe de estado ocorreu no último dia 1º de fevereiro em Mianmar. O comandante das forças armadas do país, General Min Aung Hlaing, assumiu o controle dos poderes executivo, legislativo e judiciário, alegando que sua ação estava amparada em um artigo constitucional que permite que os militares assumam o poder em situações de crise. A pandemia, além de alegações de fraudes eleitorais, foi a crise apresentada pelos militares, que se comprometeram a realizar eleições dentro de um ano.

A principal liderança política do país, Aung San Suu Kyi, foi presa. Filha de um prócer da independência do país, que foi

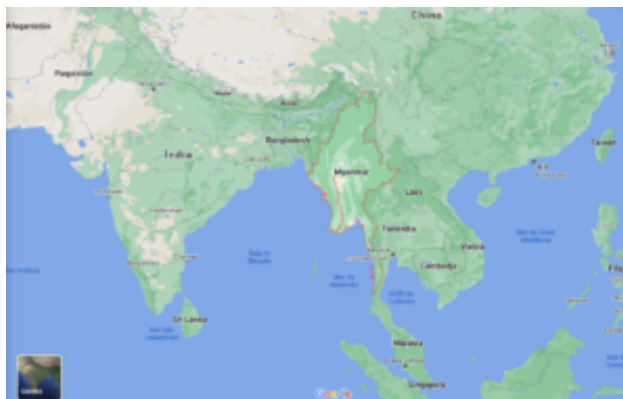
assassinado quando ela tinha apenas dois anos, Suu Kyi formou-se na universidade de Oxford e, após formada, permaneceu nos EUA, trabalhando na ONU, casando-se e tendo filhos naquele país. Ao retornar a Mianmar em 1988, engajou-se em movimentos pró-democracia, passando a assumir o papel de líder que hoje possui. A repressão ao movimento foi grande e milhares de pessoas foram assassinadas.

Suu Kyi percorreu o país pregando a não-violência e a desobediência civil, sendo presa em 1989. Seu partido venceu as eleições legislativas, mas a vitória não foi reconhecida. Em 1991, mesmo presa, ela recebeu o Prêmio Nobel da Paz. O ocidente, em especial os EUA e os países europeus, mantiveram embargos econômicos sobre o país, pressionando pela democratização até que, em 2010, Suu Kyi foi libertada de sua prisão domiciliar. Eleições foram marcadas e, em 2012, ela foi eleita congressista e, em 2016, foi elevada à posição de “Conselheira de Estado”, criada sob medida para ela em razão de as leis do país não permitirem que uma pessoa com cônjuges ou filhos estrangeiros fosse presidente da república. Assim, Suu Kyi tornou-se, *de facto*, a chefe de Estado e de Governo.

Mas a situação política nunca foi completamente pacificada. Suu Kyi, antes uma unanimidade no ocidente, passou a ser duramente criticada em razão da crise envolvendo o grupo étnico Rohingya, uma minoria islâmica. A tensão explodiu após militantes da etnia atacarem dezenas de postos policiais. A reação do Estado foi desproporcional e as forças policiais e militares de Mianmar foram acusadas de graves violações dos direitos humanos, incluindo-se estupros, violência e assassinatos. Em 2018, dois anos após o início da crise, estimava-se em 800 mil o número de refugiados Rohingya que haviam deixado o país em direção a Bangladesh, gerando gravíssima crise humanitária.

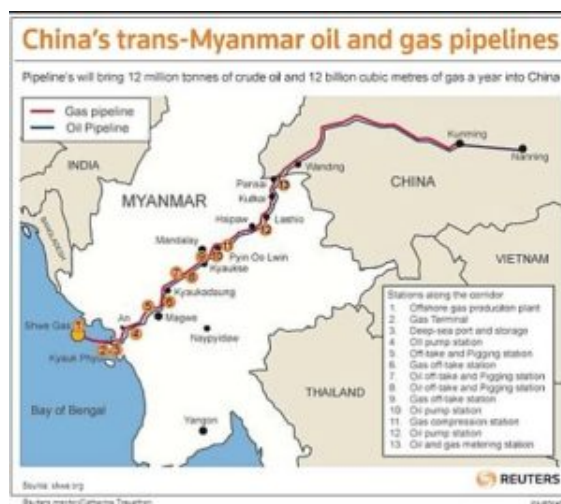
A posição geográfica privilegiada de Mianmar atrai o interesse chinês, pois seus portos dão acesso à Baía de Bengala, no Nordeste do Oceano Índico. Ter acesso a esses portos

significa, para a China, exportar e importar evitando o contorno de toda a Península da Indochina e a passagem pelo Estreito de Málaca, o que constitui evidente vantagem econômica e geoestratégica para os chineses.



Posição de Mianmar  
Google Maps

China e Mianmar assinaram, ano passado, um acordo para a construção do “Corredor Econômico China-Mianmar”, uma ação abrangida pela Iniciativa *Belt and Road*, cujos investimentos incluem a construção de um porto de águas profundas, ferrovias, rodovias, além de investimentos em energia. Além disso, a China importa madeira, gás natural e pedras de jade de Mianmar.



Corredor China – Mianmar  
Reuters

Dessa forma, a instabilidade em Mianmar não interessa aos chineses, que se equilibram com prudência na reação ao golpe do último dia 1º de fevereiro. Diferentemente do ocidente, em especial os EUA e a União Europeia, que já condenaram a ação e impuseram sanções econômicas a Mianmar, a China adotou um tom mais cauteloso, afirmando estar aguardando o desenrolar dos acontecimentos. Pragmaticamente, o país quer continuar a negociar com qualquer governo que esteja no poder em Naipidau, a cidade construída para ser a capital de Mianmar.

No momento em que escrevo este artigo, os protestos contra o novo governo têm se avolumado nas ruas. O desfecho da crise é imprevisível. Não se pode excluir a possibilidade de um agravamento da situação. Se for esse o caso, será interessante avaliar até que ponto vai o pragmatismo do governo chinês: apoiará um governo rechaçado por toda a comunidade internacional? Por outro lado, será interessante perceber como o recém empossado governo norte-americano, que se elegeu com uma bandeira de defesa dos direitos humanos, se comportará em face de uma crise em um país localizado na esfera de influência da China.

*Se esse texto te ajudou de alguma forma a compreender melhor a situação em Mianmar, valorize as horas de pesquisa e produção do texto! Se você quiser e puder colaborar com os custos de manutenção deste blog, com qualquer valor, veja como em [www.paulofilho.net.br/apoieoblog](http://www.paulofilho.net.br/apoieoblog)*



---

# A QUESTÃO FRONTEIRIÇA ENTRE VENEZUELA E GUIANA

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 19 de abril de 2021

A tensão na fronteira entre a Venezuela e a Guiana voltou a ser notícia no último fim de semana, em razão da apreensão, pela marinha venezuelana, dos navios pesqueiros guianenses “Nady Nayera” e “Sea Wolf”. As chancelarias dos dois países trocaram notas de protesto. A Guiana acusa a Venezuela de ter cometido um “ato de agressão” ao apreender os navios em águas guianenses. Os venezuelanos responderam que a apreensão foi legítima, por ter sido realizada em águas sob jurisdição do seu país.

A disputa é anterior à independência dos dois países. Desde o início do século 19, espanhóis e britânicos já disputavam o posicionamento da fronteira entre suas colônias no norte da América do Sul. Em 1835, com a Venezuela já independente, o governo britânico contratou o alemão Robert Schomburgk para mapear a Guiana e definir suas fronteiras. Ao terminar o trabalho, a fronteira havia sido definida nas alturas da foz do Rio Orinoco. Os venezuelanos protestaram afirmando que o local legítimo para a delimitação da fronteira era o Rio Essequibo. Iniciaram-se negociações entre os dois lados, que não foram capazes de criar um consenso. Em 1850, os dois lados concordaram em não ocupar a área contestada.

A descoberta de ouro na região reascendeu a disputa. Colonos britânicos penetraram na área e foi criada uma companhia mineradora britânica, para explorar as minas de ouro. A Venezuela protestou seguidas vezes, propondo aos ingleses uma arbitragem, mas estes nunca se mostraram interessados. Até

que, em 1887, a Venezuela rompeu as relações diplomáticas com a Inglaterra e pediu ajuda diplomática aos EUA. Assim, em 1897, sob pressão norte-americana, finalmente os ingleses concordaram em submeter a disputa à arbitragem internacional.

[Conheça a lista de livros que eu recomendo na Amazon](#)



Por dois anos a comissão arbitral, formada por dois britânicos, dois norte-americanos (indicados pelo lado venezuelano) e um russo, se debruçou sobre o assunto e decidiu, em 1899, por conceder 94% do território em disputa à Guiana. Aos venezuelanos foi cedida uma área na foz do Rio Orinoco e uma pequena área junto ao Atlântico. Apesar da insatisfação venezuelana com o resultado, os dois lados aceitaram o acordo em 1905. Por sessenta anos, a situação permaneceu pacificada.

Em 1962 os venezuelanos apresentaram uma série de argumentos para colocar em xeque a imparcialidade da comissão arbitral de 1889, declarando junto à ONU que considerava nula aquela resolução, colocando toda a região a oeste do Rio Essequibo como "Zona em Reclamação" do território venezuelano, assim fazendo constar nos mapas oficiais do país. Trata-se de uma área de cerca de 159.500 Km<sup>2</sup>, ou 5/8 do atual território guianense.



relações entre os dois países.



### [Conheça o curso Geopolítica da China](#)

Em 2015, a descoberta de grandes reservas de petróleo pela empresa Exxon acrescentou um novo e importante atrativo à região, reacendendo a disputa.

Em janeiro de 2018, o Secretário Geral da ONU deu por esgotadas as possibilidades de intermediação e indicou que a Corte Internacional de Justiça (CIJ) seria o foro competente para solucionar a questão. Assim, em março de 2018, a Guiana solicitou a jurisdição da CIJ para que validasse o acordo de 1899. O país alegou que se esgotaram as possibilidades de conciliação por intermédio do Acordo de Genebra. A Venezuela se manifestou contrariamente à posição guianense, mas, em dezembro de 2020, a Corte declarou que possuía jurisdição para deliberar sobre o assunto<sup>[1]</sup>.

Em reação, no dia 8 de janeiro deste ano, a Venezuela estabeleceu a chamada *“Zona de Desenvolvimento Estratégico da Fachada Atlântica”* que *“protegerá e salvaguardará a jurisdição de seus espaços continentais, interiores, limítrofes, áreas marinhas históricas e vitais do país.”* Trata-se de uma medida

unilateral, que cria um território marítimo, como uma medida para reafirmar a soberania sobre as águas territoriais contíguas à área reclamada.

No dia seguinte, em 9 de janeiro, os EUA e a Guiana realizaram um exercício naval combinado na costa guianense. Um navio patrulha da Guarda Costeira norte-americana adestrou-se junto a outros navios-patrulha do país sul-americano. Dois dias depois, o Almirante Craig S. Faller, Comandante do Comando Sul dos EUA, esteve na Guiana para firmar um acordo de cooperação militar com as Forças de Defesa do país. Recentemente, os EUA já haviam doado motores e peças de reposição para navios guianenses de patrulha.



General Bess e Almirante Faller

Fonte – Jornal Guyana Chronicle

A Venezuela protestou pela presença de navio armado norte-americano nas proximidades de seu território, bem como pela presença de Faller na Guiana.

Neste cenário, ocorreram as últimas apreensões dos navios pesqueiros e tripulantes guianenses pela marinha venezuelana. O governo Maduro sabe que a CIJ dificilmente chegará a uma decisão que lhe seja favorável, pois isso significaria para a Guiana a perda de 5/8 de seu território, o que lhe inviabilizaria como nação soberana. Além disso, a perda

territorial ocorreria no momento em que as descobertas petrolíferas recentes representam uma esperança de mudança de patamar econômico para uma nação tão pobre como a Guiana.

Os próximos acontecimentos dependem da decisão da Corte Internacional de Justiça. Se a Corte decidir pela validade do acordo de 1899, o assunto estará encerrado no campo diplomático – pelo menos por enquanto – e a liberdade de ação da Venezuela neste assunto estará muito mais restrita.

Mas, no momento em que a Venezuela enfrenta uma crise política, econômica e social sem precedentes, o antigo recurso dos governos, de recorrer a uma questão externa que una a população em torno de uma causa nacionalista, tirando o foco dos problemas internos, é sempre tentador.

[1]

<https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/171/171-20201218-PRE-01-00-EN.pdf>

---

## **O que esperar da política internacional em 2021?**

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 19 de abril de 2021

O ano que se encerrou demonstrou da forma mais difícil que o inesperado está a nos espreitar, modificando a realidade, interrompendo planos, provocando adaptações, causando perplexidades, trazendo medo e exigindo reação.

Apesar de vários alertas e estudos predizerem a possibilidade e os efeitos potencialmente catastróficos de uma pandemia, ninguém estava prestando atenção nisso e a Covid-19 pegou a

todos de surpresa.

Bem, 2021 começou e as surpresas continuaram. Não ultrapassamos ainda a primeira quinzena do ano e o Congresso norte-americano foi invadido por uma turba e o Presidente Trump sofre um inédito segundo processo de impeachment a uma semana de passar o cargo.

Tudo isso demonstra que tentar antecipar acontecimentos é uma tarefa arriscada. Mas, baseados nos indícios disponíveis é possível, pelo menos, selecionar alguns assuntos internacionais sobre os quais devemos concentrar nossa atenção.

[Conheça a lista de livros que recomendo na Amazon!](#)



Nesse cenário, os rumos que serão dados à política externa norte-americana merecem destaque. No governo Biden, espera-se um retorno ao multilateralismo, com o país buscando legitimar suas ações sob o respaldo de entidades como a ONU, OTAN, OMC etc. Mas, para isso, o país terá que reconquistar muito espaço perdido nesses organismos, como o caso da Organização Mundial de Saúde, claramente sob influência preponderante da China, demonstra.

Aliás, o relacionamento dos EUA com a China deveria ser um foco primordial de atenção. Nesse caso, não se espere grandes modificações no ambiente de confrontação geopolítica, com os EUA tentando conter a crescente influência da China, enquanto os chineses buscam expandir seu poder e prestígio em escala mundial. Um exemplo interessante dessa tentativa de expansão será notada na maior presença de produtos culturais chineses disponíveis para consumo no ocidente, como produções cinematográficas, livros, reportagens e exposições divulgando a cultura do país. Seremos definitivamente apresentados ao *softpower* chinês.

Será, ainda, interessante observar a assertividade de sua política externa e, no campo interno, o completo domínio de Xi Jinping sobre a máquina partidária. É provável que acompanhem o acelerado fim da política *um país dois sistemas*, com Hong Kong tendo cada vez menos autonomia. A independência *de facto* de Taiwan continuará sendo um grande aborrecimento para Beijing, mas também uma oportunidade para o governo estimular o crescente nacionalismo chinês. As questões referentes ao tratamento que o país concede a minoria étnica dos uigures, na província de Xinjiang, e aos tibetanos, certamente aparecerá nos noticiários. As questões fronteiriças com a Índia, que em 2020 levaram a confrontos com mortes de militares que redundaram em uma ainda maior militarização dos dois lados da fronteira, além da expansão chinesa em direção ao Mar do Sul da China, são questões que também possuem o potencial de iniciar crises.

O Irã é outro foco de atenção. Joe Biden declarou, em campanha, que seu governo retornaria ao acordo nuclear de 2015, do qual Trump retirou os EUA em 2018. Entretanto, essa retomada não será simples. A realidade hoje é outra, com as tensões entre os dois países em um nível muito mais elevado, especialmente em razão da morte do general iraniano Qassem Soleimani, e da recente decisão do país de voltar a enriquecer urânio ao nível de 20%. A realidade geopolítica regional também se modificou: os iranianos rivalizam cada vez mais com árabes e israelenses, tornando quaisquer negociações muito mais complicadas. Aliás, um ataque a algum alvo norte-americano, árabe ou israelense, por iranianos ou seus *proxies*, em vingança pela morte de Soleimani, não seria uma surpresa em 2021.

As mudanças climáticas também se manterão no foco em 2021, com repercussões para a pauta ambiental. As pressões da comunidade internacional e da opinião pública, especialmente sobre países em desenvolvimento como o Brasil, se manterão. O derretimento do Oceano Ártico intensificará a disputa geopolítica naquela

área, em razão da crescente utilização comercial e militar das rotas marítimas naquele oceano. 2020 foi o ano em que foi batido o recorde de viagens atravessando a Rota Norte, que encurta consideravelmente as distâncias entre o norte da Europa e o Oceano Pacífico. A Rússia, em razão disto, voltou suas atenções para o Ártico.

Mas a atenção dos russos não estará voltada somente para o Norte. Espera-se a continuidade de sua atuação na África e na Síria, além do leste da Europa, Cáucaso e Ásia Central. Putin manterá sua política externa voltada para reconstruir o que ele considera ter sido perdido com o desmoronamento da antiga União Soviética. Para isso o país manterá sua forte atuação também no ambiente cibernético. Em 2021 veremos muitos casos de ataques cibernéticos a empresas e governos do ocidente, que serão atribuídos a “hackers russos”.

Muitos outros pontos de atenção poderiam ser levantados: a Coreia do Norte e seus lançamentos provocativos de mísseis; o *Brexit* e suas consequências para o Reino Unido e a Europa; a crise venezuelana a afetar o cenário sul-americano; e, finalmente, o desenlace da crise mundial da Covid-19 e a efetividade das vacinas, com todas as suas repercussões sociais e políticas.

Não vai faltar assunto em 2021.

---

## UM ANO INTENSO NO ORIENTE MÉDIO

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 19 de abril de 2021

O ano de 2020 ficará marcado no Oriente Médio por uma série de acontecimentos capazes de modificar o equilíbrio de forças na região, com reflexos em todo o sistema internacional.

Primeiro, recorde-se que logo no terceiro dia do ano Qassim Suleimani, poderoso comandante da Guarda Revolucionária do Irã e número 2 do regime xiita, foi eliminado numa ação militar norte-americana. O ataque de mísseis foi efetivado por uma aeronave remotamente pilotada, um drone, o MQ-9 Reaper, numa amostra da importância militar que esse armamento iria ainda demonstrar ao longo do ano, notadamente no conflito entre a Armênia e o Azerbaijão. Mas essa é outra história.

O ataque que matou Qassim Suleimani foi o ápice de uma escalada de tensões entre os dois países, que se desenrolaram ao longo dos dois anos anteriores. Em 2018, os Estados Unidos retiraram-se do Joint Comprehensive Plan of Action (JCPA), acordo assinado em 2015 com o Irã, a Rússia, a China, o Reino Unido, a França e a Alemanha, sob a alegação de que os iranianos desrespeitavam os termos do acordo que havia sido celebrado justamente para regular a atividade nuclear iraniana. A partir de então os Estados Unidos intensificaram suas sanções econômicas contra o Irã, que, em retaliação, promoveu uma escalada das tensões no Golfo Pérsico, com uma série de ações militares de pequeno porte contra navios petroleiros de diferentes nacionalidades que passavam pelo Estreito de Ormuz e com ataques e ações de sabotagem contra alvos árabes e norte-americanos no Oriente Médio.

Em agosto e setembro os israelenses normalizaram as relações diplomáticas com os Emirados Árabes Unidos e com o Bahrein, por meio dos chamados Acordos de Abraão, para grande frustração dos palestinos. Assim, os dois países se juntaram ao Egito e à Jordânia, compondo um grupo de nações árabes que formalmente aceitam a presença de Israel como um igual no sistema internacional.

Esse movimento em prol da paz entre árabes e israelenses, que já foram à guerra em quatro oportunidades entre 1948 e 1973, foi uma vitória para a política externa norte-americana, uma

vez que isola os iranianos, que veem os países do Golfo se aproximarem de seus inimigos israelenses. Mas, evidentemente, beneficia mutuamente tanto os países árabes quanto Israel.

As vantagens para os Emirados Árabes Unidos e o Bahrein se concentram principalmente nas trocas comerciais e nas relações diplomáticas. Mas para a Arábia Saudita as vantagens vão muito além. São um xeque no xadrez geopolítico regional. Ao se aproximarem de Israel, os árabes passam a contar com um poderoso aliado regional contra o Irã, país com quem disputam a posição de liderança dentre os países islâmicos e contra os quais esse país atualmente trava uma guerra por procuração no Iêmen. Israel, por sua vez, sai de um isolamento regional que persiste há décadas, isola os palestinos e ganha aliados contra o inimigo Irã, além de novas oportunidades comerciais e mercados.

No último dia 22 de novembro, um domingo, mais um movimento de aproximação entre árabes e israelenses surpreendeu a região e o mundo. O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, encontrou-se secretamente com o príncipe herdeiro e atual homem forte da Arábia Saudita, Mohammad bin Salman. O encontro não foi confirmado por nenhum dos participantes, mas o pouco esforço para escondê-lo denota claramente a intenção de que ele se tornasse público.

Nos dias seguintes, 23 e 25 de novembro, a milícia houthi do Iêmen – facção apoiada pelo Irã na guerra civil daquele país – realizou ataques contra dois alvos na cidade costeira saudita de Jidá: um ataque com mísseis Quds-2 contra instalações da petroleira Aramco e outro que teve como alvo um petroleiro grego que carregava num terminal da mesma empresa.

Até que, na sexta-feira, dia 27, o principal cientista nuclear iraniano, Mohsen Fakhrizadeh, foi emboscado e morto na cidade de Absard, 70 km a leste de Teerã, mesmo estando acompanhado por vários guarda-costas. Imediatamente os iranianos acusaram israelenses e norte-americanos de serem os responsáveis pelo

assassinato. Mohsen Fakhrizadeh era uma espécie de símbolo do programa nuclear iraniano. Apesar disso, é pouco provável que o assassinato de um único cientista tenha efeito significativo em retardar um programa que já está em andamento há vários anos.

Mas uma retaliação iraniana já foi anunciada e pode ser esperada. Ela poderá vir por intermédio de seus *proxies*, as milícias houthis ou o Hezbollah, em ações no Golfo Pérsico ou mesmo em atentados contra alvos israelenses ou norte-americanos em outras partes do mundo.

O próximo ano será definidor para os rumos geopolíticos do Oriente Médio. Israel, Arábia Saudita e Irã estarão muito atentos ao novo governo norte-americano, que prometeu na campanha eleitoral retornar ao JCPA. Esse movimento será decisivo para uma aproximação definitiva entre a Arábia Saudita e Israel, contra o Irã. No Golfo Pérsico, é provável que 2020 não termine em 31 de dezembro...

---

## A visão da OTAN para 2030

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 19 de abril de 2021

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), mais poderosa aliança militar da história, acaba de publicar um documento[\[1\]](#) com análises e recomendações elaboradas por um Grupo de Trabalho designado especialmente para essa tarefa pelo Secretário Geral da Organização.

Ao grupo, foi solicitado que se dedicasse a encontrar formas de aumentar a unidade, coesão, solidariedade e coordenação entre os países-membros da Aliança. Além disso, o grupo também

deveria buscar maneiras de reforçar o papel político da organização, além de indicar instrumentos para enfrentar as ameaças atuais e futuras, tudo isso tendo o ano de 2030 como horizonte temporal.

De início, o relatório diagnostica que o ambiente estratégico atual é caracterizado pelo retorno à rivalidade sistêmica, com a Rússia apontada como persistentemente agressiva e a China, como potência emergente. O ambiente ainda é marcado pelo surgimento acelerado de tecnologias disruptivas e pela elevação de ameaças e riscos transnacionais de toda a ordem.

O retorno à competição geopolítica é definido como sendo a principal característica do ambiente internacional de segurança. A Rússia é mantida no posto de principal ameaça à OTAN. O país é acusado de continuada agressão à Ucrânia e à Geórgia, ao mesmo tempo em que se volta para o Atlântico Norte e para o Oceano Ártico. Além disso, os russos estariam ampliando suas ações de guerra híbrida, com o objetivo de atuar no interior dos países da Aliança, para dividi-los e erodir sua coesão social. Os russos são ainda acusados de usar *proxies* e mercenários para atuarem em defesa de seus interesses em países do Norte da África e Oriente Médio.

Em relação à China, o documento aponta que sua maior assertividade constitui um desafio bastante diferente daquele representado pela Rússia. Embora os chineses não sejam considerados, no presente, uma ameaça militar direta à área Euro-atlântica, sua agenda internacional se apoia cada vez mais em seu peso econômico e crescente poderio militar. Isso indicaria que, em breve, os interesses chineses poderão colidir com os dos países da Aliança. Sua estratégia de fusão civil-militar presente no desenvolvimento tecnológico nas áreas nuclear, naval e de mísseis, para dar alguns exemplos, é um fator complicador, como demonstra a disputa que a China trava com países europeus na tecnologia de internet de 5ª geração.

O terrorismo tem sido, e permanecerá sendo, uma das ameaças mais imediatas aos países da Aliança e aos seus cidadãos. Embora o combate ao grupo Estado Islâmico tenha sido exitoso ao reduzir a capacidade de atuação daquele grupo, que vinha se constituindo na principal origem das ameaças terroristas, outros atores não-estatais motivados por extremismos religiosos ou políticos permanecem atuando.

Nos próximos dez anos, as tecnologias disruptivas representarão, tanto oportunidades, quanto ameaças à segurança dos países aliados e de suas populações. Essas tecnologias mudarão a natureza da guerra, possibilitando, por exemplo, ataques com mísseis hipersônicos e operações de natureza híbrida ainda mais efetivas. A guerra estará cada vez mais presente no domínio espacial.

Sempre segundo as conclusões do relatório, mudanças climáticas poderão acelerar a escassez de recursos e gerar insegurança alimentar. Maiores efetivos populacionais sofrerão com a falta de água. Os níveis dos oceanos poderão se elevar. Tudo isso poderá aumentar ainda mais os fluxos de migrantes e refugiados em direção aos países da OTAN. O derretimento da calota polar ártica aumentará as disputas geopolíticas pelo controle das rotas marítimas comerciais que passarão a ser viáveis no Norte.

Para enfrentar essa realidade, o documento faz 138 recomendações. Dentre essas, podemos citar a proposição de que a OTAN mantenha, em relação à Rússia, uma dupla abordagem, ao mesmo tempo dissuasória e aberta ao diálogo. No que se refere à China, os aliados devem dedicar muito mais recursos, tempo e ações para fazer face aos desafios de segurança impostos pelo gigante asiático.

Para o enfrentamento do terrorismo a Aliança deve prover recursos adequados ao fortalecimento dos sistemas de segurança cibernética e de defesa contra ameaças híbridas.

Quanto ao armamento nuclear, ao mesmo tempo em que o relatório aponta a necessidade do fortalecimento do controle desse tipo de arsenal, indica que a dissuasão nuclear deve ser mantida.

Outra recomendação relevante do documento é a de se criar um centro de excelência em segurança climática. As ameaças não militares à segurança, tais como as oferecidas pelo clima, mas também de outros tipos, como as pandêmicas, devem receber maior atenção da organização.

Enfim, o documento alerta os países membros da Aliança acerca dos muitos, variados e complexos riscos que se apresentam no curto espaço de tempo que nos separa de 2030. Mais uma vez os estrategistas alertam para o ambiente volátil, incerto, complexo e ambíguo que caracteriza o atual momento do Sistema Internacional.

Para nós, que estamos aqui na América do Sul, a leitura do documento é interessante não somente pela análise de cenário e pelas conclusões, mas também por desnudar a maneira de pensar dos formuladores das estratégias da Aliança. Quando 2030 chegar, é provável que nem todas as previsões se confirmem. Mas há uma boa possibilidade de que algumas já tenham se tornado realidade. Como seremos afetados? Estaremos prontos? São boas perguntas, para as quais não se deve ter necessariamente respostas. O importante é que, acompanhando cenários como os descritos no documento da OTAN, sejamos capazes de conhecer melhor as ameaças e nos preparemos adequadamente para as múltiplas possibilidades que o século XXI nos reserva.

[1] Disponível em <https://paulofilho.net.br/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio-OTAN.pdf>